

ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

ATA CONJUNTA DO CONANDA E CNAS

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e seis, no auditório do Ministério de Minas e Energias realizou-se a primeira Assembléia Conjunta do CONANDA e do CNAS que teve como objetivo a apresentação e aprovação do PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA. Estiveram presentes os Presidentes do CONANDA, Sr. José Fernando da Silva; o Presidente do CNAS, Sr. Silvio Lung; Conselheiros do CONANDA e CNAS. O Presidente do CONANDA fez a abertura da Assembléia, agradecendo a presença de todos os presentes no evento. Convidou para compor a mesa, a Secretária Executiva do CNAS, Sra. Márcia Lopes; a Subsecretária da Criança e do Adolescente, Sra. Carmen Oliveira; Sra. Simone Albuquerque, vice-presidente do CNAS; o Conselheiro do Conanda, Sr. Helder Delena da Fundação ABRINQ pelos direitos da Criança e do Adolescente e a conselheira Vânia do CNAS. Dando prosseguimento o Presidente do CONANDA apresentou a pauta da Assembléia e fez a apresentação dos Conselheiros do Conanda que estavam presentes. A Senhora Carmem agradeceu a possibilidade de estar presente, reiterou as conquistas alcançadas durante o ano de dois mil e seis, parabenizou a todos os envolvidos no projeto pelo excelente desempenho e mencionou a importância da criação de mais uma comissão intersetorial para dar prosseguimento ao projeto. A senhora Márcia Lopes iniciou seu pronunciamento saudando a todos os presentes, relatando a importância da presença dos mesmos, da necessidade de fazer uma revisão conceitual de princípios e diretrizes. Finalizou seu pronunciamento desejando sorte nos trabalhos. O Presidente do CNAS agradeceu os pronunciamentos feitos pela Subsecretária Carmen Oliveira e a Dra. Márcia Lopes e ainda a presença dos Conselheiros do CONANDA e do CNAS, em especial aos Conselheiros Helder (CONANDA) e a Vânia (CNAS) pela honrosa contribuição dada enquanto integrantes da Comissão de Sistematização do Plano. O Presidente do CNAS enfatizou a importância da inter-relação entre os dois Conselhos para a criação do Plano e ressaltou a necessidade de ter um compromisso com o Plano a fim de que ele seja implantado e viabilizado. Fez a apresentação dos Conselheiros do CNAS presentes. Um agradecimento especial pelo apoio e incentivo recebido a UNICEF representada aqui pela OFICIAL DE PROJETOS DE FUNDOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, Sra. Allysson Sutton. O presidente do CONANDA convidou o Sr. Alexandre Reis para a apresentação. O Sr. Alexandre fez a apresentação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa da Criança e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, colocando os objetivos estabelecidos pela Comissão intersetorial para) que viabilização deste Plano. Agradeceu a cooperação recebida do CNAS, CONANDA, SEDH e do MDS e as sugestões enriquecedoras recebidas quando da Consulta pública. O Plano é uma Política de Estado e não de Governo e tem um horizonte de nove anos previsto até 2015. O Plano de Ação conta com 138 ações e 35 objetivos divididos em quatro eixos estratégicos: Eixo 1- conhecer a realidade; Eixo 2- atendimento, clarificar para cumprimento do Estatuto, o ECA, fixar parâmetros sobre o que é essencial; Eixo 3 - marcos normativos e regulatórios; Eixo 4 - mobilização, articulação e participação, discussão dos assuntos árduos. O Sr. Alexandre deixou registrado que Criança e Adolescente são prioridade absoluta neste Plano, cujo objetivo maior é a convivência familiar essencial ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Após a apresentação o Presidente do CNAS colocou que é importante fazer a incorporação do Plano no cotidiano, a fim de evitar que seja mais um papel a ser engavetado. Dando prosseguimento a Assembléia alguns Conselheiros do

CONANDA e do CNAS teceram comentário enriquecedor ao Plano. O Conselheiro Helder (CONANDA) sugeriu que fosse feito um relatório anual do Plano a fim de ter um feedback e garantir orçamento para o Plano. O Presidente do CONANDA, a partir das intervenções da plenária, fez os seguintes encaminhamentos: 1- apresentação do Plano aos Conselhos Nacionais (educação, saúde e outros); 2- CONANDA e CNAS participem de forma articulada do ciclo orçamentário –PPA 2007/2008 e 2011 e em 2012; 3- janeiro/ fevereiro/2007, os dois Conselhos devem dialogar objetivando afunilar o processo de construção, de debate desde a etapa municipal até a nacional; 4- A SEDH e MDS deve constituir uma Comissão intersetorial envolvendo os Ministérios que tem responsabilidade com o Plano. 5 - organizar uma agenda normativa e legislativa do CONANDA e do CNAS; 6- acatar a sugestão dada pelo Conselheiro Helder que é o governo estar relatando anualmente como está o Plano (implantação, atualização, etc.). 6 - O conselheiro Cláudio Augusto do Conanda propõe que o CNAS se posicione em relação a possibilidade de prorrogação da DRU (Desvinculação das Receitas da União) que é uma proposta em discussão dentro do Governo Federal, que se aprovada vai continuar prejudicando as políticas sociais. O Sr. Ademar Oliveira Marques solicitou constar em Ata do CNAS e do CONANDA a contribuição dada pelos Conselheiros José Fernando da Silva, Presidente do CONANDA, Cláudio Augusto Vieira da Silva, da Fundação Fé e Alegria; Maria Isabel da Silva, da CUT; Ressaltou que este destaque é por serem grandes defensores dos Direitos Humanos, especialmente em prol das Crianças e Adolescentes. O Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sr. Patruz Ananias, parabenizou os dois Conselhos pela realização deste evento e do lançamento do Plano enfatizando que todos têm um compromisso em comum e que só haverá sucesso no Brasil nas Políticas Sociais de combate a pobreza se houver uma interação das políticas nas perspectivas comuns do desenvolvimento social e do direito a vida. Enfatizou a importância de resgatar o espaço da criança e das famílias como espaço da formação coletiva. Silvio Iung finalizou o pronunciamento, agradecendo a presença do Ministro e aos demais membros. O Plano foi aprovado por unanimidade e com muita emoção, sendo feita a comparação da aprovação do plano ao de o nascimento de um filho. *Às nove horas e trinta minutos do dia catorze de dezembro de dois mil e seis, na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça teve início a 146ª Assembléia Ordinária do CONANDA.* Estiveram presentes os Conselheiros Titulares e Suplentes Governamentais e Não-Governamentais conforme lista de presença em anexo. A reunião foi presidida pelo Presidente do CONANDA - **José Fernando da Silva** que iniciou os trabalhos do dia organizando a pauta e analisando a Ata da 145ª Assembléia Ordinária. Após a análise da ata e contribuição do colegiado a Ata 145ª foi aprovada com as devidas correções. O Conselheiro **José Eduardo** fez dois informes e encaminhamentos, o primeiro foi em relação ao texto encaminhado pelo Professor **Wanderlino**, sobre a reportagem do Jornal “O Globo” e do jornalista Fausto Volf sobre as discussões que a mídia vem fazendo em relação à Infância, Adolescência e Juventude em especial no Rio de Janeiro. Declarou que forma como este tema vem sendo tratado pela mídia é bastante inadequado e desrespeitoso. O Conselheiro leu e fez a análise da crítica da reportagem para a Plenária, sugerindo que o CONANDA se manifeste através de uma carta, não apenas ao Jornal “O Globo”, mas também à Federação Nacional sobre a forma como o assunto foi tratado em relação aos trabalhos desenvolvidos com jovens adolescentes. O Presidente do CONANDA informou que teve acesso a essa reportagem e à outras que veicularam em outros jornais e diante das críticas feitas, ele está escrevendo um artigo e espera que seja publicado a fim de que a sociedade tome conhecimento do trabalho que é desenvolvido por todas as pessoas envolvidas nas questões sociais da criança e do adolescente no Brasil. O Presidente acatou a sugestão do Conselheiro José Eduardo em relação à carta que será enviada para os Jornais e a Federação. O Conselheiro José Eduardo solicitou autorização

para encaminhar uma primeira Minuta para a Secretaria Executiva. No tema seguinte foi solicitado o registro sobre a necessidade de que no início de 2007 o CONANDA faça o acompanhamento do Plano Nacional da Juventude, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e que isto seja um tema da Comissão de Políticas Públicas. O último informe dado pelo conselheiro, foi em relação à aprovação da carta ao Presidente Lula pelo Conselho Nacional da Juventude e já se encontra no Site da Presidência, solicitou que a Secretaria acessasse o Site para ter o conteúdo da carta. O tema seguinte a ser relatado foi em relação ao GT- PPACA- Presidente Amigo da Criança, o Conselheiro Helder colocou que o relatório de análise e crítica deveria ser apresentado nesta assembléia, o trabalho foi realizado, porém devido a vários fatores ele não foi concluído pelo GT para que pudesse ser apreciado e aprovado por esta Plenária. Para que o relatório seja de fácil compreensão o Conselheiro sugeriu que o CONANDA contrate uma consultoria para que seja feita a finalização do referido relatório, dando uma uniformização ao documento para que seja submetido na primeira Plenária de 2007. A Conselheira **Theresa** colocou que é necessário se fazer uma reflexão sobre o PPACA a fim de não perder a oportunidade criada no ano de 2003. O CONANDA terá um papel fundamental que é estar re-articulando, junto aos Ministérios, o Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente, para garantir a sua continuidade. As dificuldades foram muitas, principalmente em incorporar o Orçamento Criança e Adolescente, por este motivo esta é uma questão que deve ser considerada prioritária por este Conselho para o ano de 2007. Ainda em relação ao PPACA outros conselheiros opinaram sobre o desafio que o CONANDA terá em 2007 sobre a manutenção de referido Plano, portanto ele deve ser considerado prioridade. O Presidente Fernando colocou ser favorável à consultoria e que Comitê do Plano deve voltar a ter uma vida ativa em 2007 e que CONANDA faça esse movimento a partir de janeiro a fim de ter um monitoramento do Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente. Na Assembléia de fevereiro ou março de acordo com a decisão da Plenária do ano de 2007 deve recompor o grupo com o foco no Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente. O Conselheiro **Helder Delena** sugeriu que o próximo grupo de trabalho não perca o foco do relatório, e tendo presente as contribuições já sistematizadas, a fim de que a sociedade tenha conhecimento do que está se fazendo em relação à criança e ao adolescente neste país. O Conselheiro José Eduardo disse ser necessário criar uma metodologia para que as informações sejam agregadas a outros Planos. Em seguida, o Presidente citou os dois pontos que seria tratado com a presença do Unicef – Planejamento Estratégico do CONANDA de 2007/2008 e a Sala de Situações. Convidando o **Sr. Manoel**, a **Sra. Allyson** e o **Sr. Lúcio** para comporem a mesa. A **Sra. Allyson** ressaltou a riqueza da relação existente entre o CONANDA e o UNICEF e que este fato se deve à realização do Planejamento Estratégico em conjunto e que as Comissões se propuseram em atingir os objetivos, mesmo diante das dificuldades encontradas. Informou ainda que as metas estabelecidas no Planejamento foram cumpridas quase que em sua totalidade (SINASE, Plano Convivência Familiar, os Parâmetros para Sistema de Garantia, Formação de Sistema de Garantia, Conselhos de Direito, Oficinas sobre Aprendizagem, Questão Quilombola e Indígena). E isso seria um indicativo para a Unicef em reeditar um Planejamento Estratégico em conjunto para a próxima gestão. Comentou sobre a impossibilidade da implementação da Sala de Situações devido à falta de apoio técnico. Colocou da demanda feita pelo Presidente do CONANDA em relação à Sala de Situações. O Presidente citou que o objetivo maior é aprovar nesta Plenária a parceria do CONANDA e da UNICEF no apoio ao Planejamento Estratégico e acatou a sugestão da Sra. Allyson que este assunto deva voltar na Assembléia do mês de março, já que em fevereiro podem acontecer mudanças e devido a posse de novos conselheiros, que seja acrescentado mais um dia na Assembléia a fim de ter um espaço maior para fechar o Planejamento Estratégico e UNICEF ter a oportunidade de iniciar o processo de

contratação da consultoria. O Sr. **Manoel** iniciou a sua fala fazendo uma reflexão sobre o conceito da Sala de Situações, e expôs as razões pelas quais a mesma deve estar referenciada a um paradigma e a um marco de monitoramento, e que a idéia era ter uma Sala de Situações que reflita o marco de direitos. Após a reflexão, o Sr. **Manoel** solicitou que o Sr. **Lucio** fizesse a sua apresentação. O Sr. **Lucio** colocou que o processo de construção da Sala de Situações deve ser feito em conjunto, até que se chegue ao formato ideal. Citou da parceria existente com o IBGE e do apoio recebido. Foi apresentada a idéia geral da Sala de Situações – definição geral, desafios, contexto, diferenças entre monitoramento e avaliação, marco conceitual, características, os passos para a sua criação, definição do sistema e parceiro implementador. Após a apresentação foi aberta uma rodada de questionamentos e contribuições pelos conselheiros. O Presidente agradeceu aos representantes da UNICEF e comentou que embora exista um consenso em relação a idéia apresentada, precisará ser aperfeiçoada e que a Secretaria Especial de Direitos humanos e SPDCA deveriam assumir esta parceria junto a UNICEF e que este diálogo deverá ter continuidade a fim de que na Assembléia de Março, exista a real possibilidade de um aprofundamento através das reuniões técnicas com o CONANDA e os outros parceiros que serão incorporados na construção do observatório. **Relato da Comissão de Articulação e Comunicação – Relatora Conselheira Marilene** - A apresentação e o relato foram pautados em cima do Planejamento do Conanda. Com relação ao Pró-Conselho Brasil, o Senhor **Alberto** apresentou um relatório com a avaliação dos quatro projetos que estão em andamento, informou ainda que apenas a pesquisa do conhecendo a realidade está concluída e existe uma proposta para divulgação dos dados do relatório. O encaminhamento dado pela comissão foi que, o que já está concluído seja encaminhado aos Conselhos Estaduais e que seja publicado uma nota na imprensa contendo essas informações (situação dos Conselhos Municipais, os Fundos, os Conselhos Estaduais). Em relação ao Projeto de Capacitação, o entendimento com a Fio-Cruz está sendo feito, mas existe a dificuldade dos acertos finais para dar início a implementação da capacitação a distancia. Com relação à captação de recursos do Banco do Brasil, a Comissão de Orçamento e Finanças prestará maiores esclarecimentos, já que esta proposta foi encaminhada para o Banco do Brasil de acordo com as informações passadas para Comissão. A proposta é de manutenção do projeto de capacitação e ações para continuidade do referido projeto. Foi feita uma análise sobre as quatro propostas e como os temas definidos (gestão de fundos, orçamento criança, direitos humanos), não foram pela Comissão existe a necessidade de um estudo maior sobre o assunto. Em relação a Petrobrás a comissão foi informada de que existe o interesse da empresa em investir no fortalecimento dos conselhos, e para isto está sendo proposto pela SPDCA, o investimento na capacitação, em módulos presenciais com a Escola de Conselhos do Mato Grosso envolvendo outras Universidades. A relatora disse que como esta proposta não foi discutida anteriormente com a Comissão, merece um estudo maior. Quanto ao Pró-Conselho, informou que o Grupo Executivo estará se reunindo nos dias 18 e 19 de dezembro para avaliar as ações desenvolvidas e tirar os indicativos para o ano de 2007. O Presidente colocou que com a saída da Conselheira Marilene do Pró-Conselho é necessário ficar atento a dois aspectos: 1-Retomar esta discussão no relato da Comissão de Articulação e Comunicação. 2- Acompanhar o Termo de Cooperação Técnica que deverá ser assinado pela SEDH/Conanda/CNPG, ainda em 2006, objetivando que todos os municípios brasileiros desenvolvam esforços para a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos, Conselhos Tutelares e FIA, até 31/12/07. Esta meta seria alcançada mediante o Termo de Cooperação Técnica que nos Estados deve ter a participação dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente. A relatora colocou sobre o SIPIA, que na avaliação feita pela Comissão esta ação ficou prejudicada sugerindo que seja resgatado o que foi discutido na última Plenária, pois o SIPIA não é apenas a questão de informática ou banco de dados, mas

que existe sim a necessidade latente de que este Programa seja analisado, repensado e discutido na sua forma e conteúdo. Foi detectado que este Programa não está sendo capaz de suprir as necessidades de informação e que ainda existem muitos entraves no processo e que isso precisaria ser estudado a fim de que se possa ter um Programa de Informática que atenda as necessidades essenciais propostas por este Conselho. Sugeriu ainda que ao discutir a questão do SIPIA fosse observado o Acórdão do TCU nº 1.673/06, e as suas determinações, já que ele evidencia problemas de planejamento e gestão e possui recomendações e determinações. O Presidente colocou que as recomendações e determinações são específicas para a Secretaria Especial de Direitos Humanos/SPDCA. Com relação ao Projeto ANDI, não foi avaliado, o Presidente sugeriu que a Comissão aguardasse o relato da Comissão de Orçamento e Finanças. Sobre os Parâmetros para o FIA, foi feita uma reunião no dia 11/12 para discussão da minuta. Antes dessa reunião o documento foi encaminhado para todos os conselheiros, solicitando contribuições, apenas alguns enviaram as contribuições. Foram feitas análises cuidadosas com o Sr. **Maurício Vian** e várias considerações foram feitas. A proposta para o colegiado é a seguinte: O Sr. Mauricio fará uma nova formatação no documento e que o mesmo será repassada para todos no dia 19/12 e o retorno deverá ser no dia 20/12, para o Sr. **Maurício** e o Sr. **Fernando** a fim de que eles conjuntamente possam fazer os ajustes finais para que o documento saia para consulta pública ainda no final deste mês. A consulta pública deverá ser até final de abril de 2007, e deverá envolver todos os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, os parceiros do FIA – Nacional e as prefeituras, para que estas envolvam os Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da municipalidade. Com relação aos Conselhos Tutelares não foi possível avançar conforme a previsão no planejamento. A recomendação da Comissão é que discussão tenha continuidade, dando a devida atenção aos documentos já produzidos (degravação da palestra sobre C.T. feita no Conanda – minuta de PL sobre C.T. e Marco Conceitual sobre C.T.) pelo consultor e este assunto devera ser retomado na Plenária de Fevereiro e no planejamento deve constar a seqüência do debate. Quanto a Conferência a Comissão propõe o seguinte: Data prevista: 03 a 06 de dezembro de 2007, no “Marina Hall”, o tema definido foi: Concretizar Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Investimento Obrigatório e o sub-temas na primeira proposta eram sete, após debate a Comissão apresenta cinco sub temas que são: Papel da Mídia na Promoção dos direitos humanos de criança e adolescente; Orçamento – garantia de direitos humanos ou garantia de um sistema econômico e capitalista; Articulação e integração dos conselhos setoriais e dos órgãos públicos na efetivação dos direitos; O SINASE como marco para o fim da barbárie contra adolescentes autor de ato infracional; Convivência familiar e comunitária como humanização das relações. Após a apresentação dos subtemas houve várias considerações feitas pelos conselheiros. Diante do das discussões quanto aos sub temas o Presidente sugeriu constituir um grupo de trabalho a fim de que em janeiro este assunto esteja sendo organizado para que na Assembléia de fevereiro possa ser apresentado e publicar a resolução com dados complementares sobre os sub temas. Criou-se um grupo de trabalho de quatro pessoas, sendo dois conselheiros da área governamental e dois da área civil (Aurilene – Pastoral do Menor, SPDCA/SEDH, José Eduardo - MDS e Fabio - Maristas).

Relato da Comissão de Políticas Públicas - Relatora Miriam – Apresentou para deliberação a realização do PREPICON-QUILOMBINHO nos dias 18, 19 e 20/12, encontro preparatório para o Seminário Quilombinho que deverá ocorrer no ano de 2007, a proposta apresentada foi que neste encontro, o CONANDA tenha representação e os nomes sugeridos pelas Comissões, foram das Conselheiras **Beatriz** e da **Miriam**. O Colegiado aprovou a proposta apresentada. Quanto o PL das Medidas Sócio Educativo o Sr. **Paulo Marques** informou que o PL já foi aprovado em todas as instâncias do governo e no momento encontra-se na mesa do Ministro da SEDH para ser apresentado ao Presidente Lula, a Comissão necessita ter a informação do

Ministro se o Projeto de Lei será encaminhado ainda em 2006 ou em 2007. A Comissão tem como proposta monitorar a discussão e tramitação do PL no Congresso. A Conselheira Patrícia solicitou mencionou os esforços conjuntos para a realização dos trabalhos, mas que infelizmente não foi possível concluir os mesmos, considerando que os relatórios foram recebidos em datas muito próximas, e com modelos distintos, ocasionando assim, a dificuldade para a conclusão. Feita essa consideração, a conselheira concluiu que, considerando a importância dos trabalhos a serem realizados, e que nenhum dos quatro conselheiros envolvidos no referido GT estariam no mandato de dois mil e sete, o grupo teria que ser rearticulado para prosseguimento aos trabalhos iniciados. O Presidente solicitou circular eletronicamente o Parecer da AGU e o Texto. Quanto a dúvida apresentada pela Comissão, ele fará contato com Ministro para verificar o melhor período de encaminhar o PL para as mãos do Presidente Lula. Em relação ao Ministério do Trabalho e Emprego no que diz respeito ao trabalho infantil na área rural que foi apresentado na Plenária passada, o CONANDA sugeriu que o Mapa fosse atualizado a cada dois anos e isto foi reforçado na Comissão. A Conselheira **Deuzinéa** solicitou que este encaminhamento aguardasse um pouco mais devido à reunião que acontecerá no dia 18/12 aonde será discutido com OIT o Sistema e que deve ficar pronto no início de 2007. O Mapa já apresenta um desenho objetivando acelerar a atualização e informações. Faz-se necessário definir no PPA o prazo de atualização do Mapa. A Conselheira **Maria Izabel** apresentou a lista das piores formas de trabalho infantil, colocando que o relatório apresentado foi aprovado pela CONAETI. Ela fez referência a Convenção 182, no artigo 3º letra “D” aonde é colocado a determinação de que o País deve estabelecer uma lista contendo as atividades prejudiciais à saúde e segurança da criança e ao adolescente – Lista TIP (Trabalhos Prejudiciais à Saúde e à Segurança). Após apresentação houve uma rodada de questionamentos. A Conselheira **Maria Izabel** prestou os devidos esclarecimentos. Proposta de encaminhamento pelo CONANDA: aprovar a lista TIP, enviar ofício ao Ministério do Trabalho com toda a documentação relatando o processo a fim de evitar que lista TIP fica parada em alguma mesa, por este motivo é necessário fazer gestão para garantir a publicação da lista na sua íntegra. O CONANDA deve contribuir com a divulgação da Lista TIP através da rede nos Conselhos. A proposta de encaminhamento pela Conselheira foi aprovada pelo Colegiado. Após a apresentação, os Conselheiros agradeceram a contribuição dada pela Conselheira **Maria Izabel** e o Presidente solicita que os agradecimentos sejam registrados em ata, devido a grande contribuição dada pela Sra. **Maria Izabel** enquanto conselheira do Conanda. **Relato da Comissão de Legislação – Relatora Conselheira Patrícia**, em relação ao Planejamento da Comissão em que todos os Projetos de iniciativa do Executivo fossem socializados por este Conselho não teve sucesso; análise das cautelares da Comissão Inter Americana de Direitos Humanos foi feita à análise e socializado para este Conselho; Projeto de Lei de Adoção a Comissão fez um posicionamento; Regimento Interno do CONANDA foi feito e aprovado e o Seminário Legislativo. A reunião de trabalho sobre o referido Seminário aconteceu no dia 13/12, com os parceiros e estiveram presentes esta Comissão, UNICEF, CECRIA, Fórum Nacional PETI, SAFERNE (Organização Baiana que trabalha com crimes na Internet) e a Procuradora da PFDC. Encaminhamentos tomados por esta Comissão, O CECRIA informou que 40% do trabalho está pronto, 40% do Banco de Dados foi analisado, faltam às contribuições da ANCED, OAB, ABMP, Fórum PET e do CONANDA. Diante do exposto o encaminhamento dado foi: trazer para o CONANDA a informação a fim de que o mesmo decida como será feito o encaminhamento devido aos trabalhos dos três grupos de pareceres. O prazo final para entrega dos pareceres está previsto para 20/02/07 e na Assembléia dos dias 7 e 8 de fevereiro a Comissão realizará a última reunião com os parceiros a fim de fechar a metodologia do Seminário e na Assembléia do mês de março a última reunião com os pareceristas e que a Assembléia de abril aconteça nos dias

10 e 11 a fim de que o Seminário seja realizado nos dias 12 e 13 de abril, a Conselheira colocou o porque deste Calendário. A Vice-Presidente colocou que o calendário sugerido pela Comissão será difícil de ser cumprido considerando a agenda apertada e o horário de trabalho.

Relato da Comissão de Orçamento e Finanças – Relator Conselheiro Fabio, ele informou que há cinco pontos a serem analisados e sugere que seja acrescentados o Convênio do Banco do Brasil e o saldo a ser aplicado no Fundo. O ponto II do relatório, que era a proposta de Termo de Cooperação/TCU, será analisado em 2007. Com relação aos Projetos Esportivos Sociais, não foi feita a apresentação, e conseqüentemente nem a aprovação pela Plenária, devido a **Conselheira Luciana** ter alegado que não estava de posse do material, pois, segundo ela, não tinha sido informada que deveria apresentar este ponto. Quanto ao Edital de Seleção e Aprovação dos recursos do FIA e SEDH/SPDCA/2007, foi trazido para análise a definição da forma da leitura da aprovação do material. Este assunto foi discutido na Comissão. O Presidente sugere que o Sr. **Paulo Marques** faça uma síntese através de uma leitura comentada a fim de que o colegiado tenha conhecimento do Edital. Após a apresentação houve contribuições e ponderações feitas pelos Conselheiros. O relator Fábio deu continuidade ao relato da Comissão retomando no artigo 2º da Proposta de Edital/2007 sobre as Ações Estratégicas relacionadas prioritariamente conforme o relatório distribuído por esta Comissão e que foi aprovada pela Plenária. O 4º ponto a ser relatado foi sobre o Convênio da Parceria com a Petrobrás e foi detalhado pela soma total do Projeto da seguinte forma: 13.763.800,00 que serão investidos nos seguintes Projetos: Atendimento Socioeducativo de Adolescentes em Conflito com a Lei – 12.631.600,00; 2- Fortalecimento dos Conselhos de Direitos e Tutelares – 1.632.200,00. Este Projeto já foi encaminhado para a Petrobrás e há necessidade de assinar o Termo de Convênio do CONANDA/ SPDCA/ PETROBRAS. O Presidente colocou que não é o Projeto, mas sim as duas linhas de financiamento, pois os Projetos serão apresentados e analisados para posterior deliberação da plenária do Conanda. A Conselheira solicitou esclarecimentos sobre as duas linhas de financiamento relacionadas no Convênio da Petrobrás e se as mesmas estariam condicionadas ao Edital, a Comissão prestou os devidos esclarecimentos e disse que os projetos deverão estar de acordo com o edital, que contemplou a todos os outros Conselheiros que possuíam os mesmos questionamentos. Este ponto foi aprovado pela Plenária. A Vice Presidente deu os informes da SEDH/ SPDCA sobre o Projeto ANDI colocando que a notícia obtida por ela quanto ao referido Projeto é que ele se encontrava na SAGE nas pilhas de outros convênios e logo deve entrar na fase de empenho e pagamento. A Conselheira **Marilene** colocou que sabe da existência de muitos outros Projetos e gostaria de entender o porque o Projeto da ANDI está parado já que ele foi aprovado anteriormente para a captação de recursos e o mesmo já foi captado e dentro dele está o Plano de Comunicação do CONANDA. O Conselheiro **Helder** colocou também da sua frustração enquanto Conselheiro de não ter conseguido ver o Projeto ser executado devido às burocracias existentes para a deliberação do mesmo, colocou que há necessidade de definir este aspecto com maior seriedade e rapidez e que seria importante que este Projeto saia antes do final do ano. Diante das colocações feitas pelo Conselheiro **Helder** a Vice Presidente solicitou a palavra para devidos esclarecimentos, informando que não estava agindo de má fé, e que considerava uma acusação muito grave. Retificando que tem se reportado semanalmente sobre a situação da ANDI e que em nenhum momento se negaria a prestar informações e os devidos esclarecimentos acerca da situação. Presidente colocou que haverá um esforço em relação ao referido Projeto e que os Conselheiros serão comunicados eletronicamente assim que o Convênio seja assinado. O relator deu prosseguimento ao relato da Comissão colocando do Convênio do Banco do Brasil e do valor destinado da verba disponibilizada. O Sr. **Alberto** prestou os devidos esclarecimentos colocando que a proposta que foi encaminhada ao Banco do Brasil encontrava-se na pasta dos Conselheiros para que eles pudessem tomar

conhecimento. O Sr. **Alberto** colocou que o Banco do Brasil solicitou relatórios por que havia interesse em dar continuidade à proposta e para tanto era necessário eles terem conhecimentos de como estava o desenvolvimento e que o CONANDA apresentasse a proposta de continuidade. O relatório foi apresentado e foi feita a proposta de dar continuidade do Programa Pró-Conselho em dois momentos. Após a explanação do Sr. **Alberto** a Conselheira **Maria das Graças** pediu a palavra para lembrar sobre o relato da sua Comissão e dos módulos que foram citados e que há possibilidade de serem acrescidos outros e que antes de ser colocados os módulos, que no de 2007 haja uma discussão em cima das propostas, se elas são as mais indicadas. Sobre o saldo financeiro do Fundo Nacional e aplicação do mesmo. Não foi possível concluir aos relatos da Comissão de Orçamento e Finanças devido às homenagens e despedidas dos Conselheiros que estão deixando o mandato. O Presidente do CONANDA agradeceu o carinho de todos dando por encerrado os trabalhos. **Reunião do Grupo de Trabalho do dia vinte de dezembro de 2006:** Conforme o proposto pela senhora vice-presidente e aprovado pela plenária, no dia vinte de dezembro foi realizada a reunião do Grupo de Trabalho criado com o objetivo de conclusão do Edital sobre os procedimentos e critérios para aprovação de projetos a serem financiados com recursos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA/SEDH) e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA / Conanda. Estiveram presentes na reunião o Senhor Presidente José Fernando e a Senhora Vice-Presidente Carmen, os conselheiros José Eduardo, Cláudio Augusto, Maria das Graças (Marilene), Miriam, Marta Tonin; Maria Júlia Deptulski, o Secretário Executivo Paulo Marques e o Gestor da SPDCA Marco Antonio Natalino. Durante a reunião foi feita uma análise mais apurada do Edital, tendo sido aprovada pelo Grupo a padronização do texto do Edital e as reformulações dos seguintes pontos: **1) apoio a projetos de semiliberdade:** Foi aprovada a descentralização das medidas socioeducativas em meio aberto, por meio da mobilização, capacitação e equipagem dos núcleos implantados para a execução da medida socioeducativa e o apoio à implantação da semiliberdade. Aprovado também a inclusão dos governos dos municípios capitais para municipalização das medidas socioeducativas de liberdade assistida nas vinte e sete unidades federadas; **2) Apoio as Defensorias Públicas:** Incluir no texto os núcleos especializados de defesa do adolescente em conflito com a lei das defensorias públicas estaduais, e, defesa técnica dos adolescentes em conflito com a lei por meio de centros de defesa; **3) Com relação aos itens formação continuada, pesquisa e centro de defesa,** os Conselhos Estaduais dos Direitos deverão selecionar apenas um projeto para cada linha de ação de financiamento. Ficou estabelecido ainda, que, caso o Conselho Estadual aprovar mais de um projeto, será eliminado do processo de seleção daquela linha de financiamento; **4) Escola de Conselhos:** O Grupo aprovou também que a formação continuada dos profissionais do sistema socioeducativo estadual deverá ser formulada e executada em parceria com uma universidade local que tenha experiência na área de formação, visando instituir uma escola de formação. Além disso, deverá ser observada a Resolução nº 112 do Conanda que dispõe sobre os Parâmetros para a Formação Continuada dos Operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como os parâmetros pedagógicos do Sinase; **5) Prazo de envio dos projetos:** O prazo para o envio de projetos foi alterado para o dia dezesseis de março de dois mil e sete pelos Estados e Municípios e para projetos de construção reforma e ampliação o prazo foi alterado para trinta de abril de dois mil e sete. Foi aprovada também a alteração do valor da contrapartida para os projetos apresentados pelos governos estaduais para construção, reforma e ampliação de unidades de internação, internação provisória ou semiliberdade no mínimo, o dobro do valor exigido pela Lei de Diretrizes Orçamentária/ Lei nº dez mil novecentos e trinta e quatro, de dois mil e quatro; **6) Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes:** O Grupo

estabeleceu que os projetos destinados a implantação do Pair poderiam ser apresentados por organizações não governamentais, fundações de universidades públicas ou privadas ou ainda por instituições mantenedoras filantrópicas de universidades privadas, dos estados selecionados no documento para a implantação do Programa; **7) Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Foi aprovado que os projetos deveriam ser apresentados por instituições com comprovada experiência na área de formação de conselheiros de direitos e tutelares. Preferencialmente por universidades e que os projetos fossem implementados em sintonia com as políticas públicas nacionais para a criança e o adolescente. Além disso, os projetos deveriam ser adequados aos Parâmetros de Formação Continuada, incluindo-se nas ações os Conselhos dos Direitos, Conselhos Tutelares e os Operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Os conteúdos dos cursos deverão ser estruturados em um módulo com temas de interesse comum aos conselhos dos direitos e tutelares e em módulos específicos. O módulo comum, entre outros temas deverá abordar a articulação dos dois conselhos entre si e com os demais atores do sistema de garantia de direitos. O módulo específico para conselheiros tutelares, entre outros temas deverá contemplar o estudo de casos, as atribuições dos conselhos, temas de interesse regionais e respectivas políticas públicas. O módulo para os conselheiros dos direitos, entre outros temas, abordará a criação e / ou gestão dos fundos dos direitos da criança e do adolescente (diagnóstico, plano de ação, plano de aplicação e ciclo orçamentário – PPA – LDO – LOA), Orçamento Criança e Adolescente e Políticas Públicas de interesse local. Os projetos deverão prever ainda momentos de interação com os demais atores do sistema de garantias; **8) Projetos Esportivos Sociais:** O Grupo considerou aprovados os projetos: “Cidadania, Esporte e Lazer / Pan Social”, da Entidade Observatório das Favelas / RJ e “Trilhar” da Entidade Centro de Apoio Esportivo e Formação de Atletas – CEFAS / MG, apresentados pela conselheira do Ministério do Esporte e integrante da Comissão de Chancela, Luciana Cecco, ao término da Assembléia do dia quinze de dezembro do mês em curso, após argumentação de que os mesmos já haviam sido analisados e encaminhados pela Comissão de Chancela e junto a Comissão de Orçamento e Finanças; **9) Saldo do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente:** O Senhor Paulo Marques apresentou planilha com os saldos financeiros do FNCA, os quais seriam destinados às seguintes ações: Projetos Esportivos Sociais, ANDI, SIPIA e REDESAP. Quanto ao Projeto do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi informado que a ação estratégica ao qual o mesmo será inserido já está aprovada, e que o Fórum deverá apresentá-lo o mais rápido possível, para ser analisado nas duas primeiras plenárias do Conanda em 2007, ficando indicado um patamar de financiamento próximo a um milhão de reais. Foi aberto um espaço para as despedidas, com comoção generalizada dos conselheiros, cada qual informando de forma sucinta a sua participação e experiências adquiridas ao longo dos trabalhos realizados. Foi realizada também uma homenagem, com fundo musical e com exposição dos melhores momentos vivenciados pelos homenageados, dos funcionários **Jousivan** e **Célia** aos conselheiros e ao Presidente, que estavam deixando o mandato. Não tendo mais nada a tratar e para constar, esta ata, após lida será assinada pelo Senhor Presidente.

JOSÉ FERNANDO DA SILVA
Presidente do CONANDA